

Cotidiano, História e Memória: Exercício Profissional e Responsabilidade Docente – Algumas Reflexões

Introdução

Conhecemos todos a gravidade e a extensão da chamada "crise da Escola Pública", freqüentemente tratada pelos meios de comunicação de massa de modo individualizado e particularista, que pouco a explicam ou a compreendem e muito mais ajudam os seus detratores a consolidar suas posições junto à opinião pública. Nesse sentido, queremos lembrar as diversas matérias publicadas na imprensa paulista no decorrer de 1990, sobre as ausências de professores da sala de aula, nas quais não se fazia nenhuma consideração a respeito de outras possibilidades (que não a simples disposição em cabular aulas) como, por exemplo, o gozo de direitos sociais (licença-prêmio, licença-gestante, licença-saúde, nojo etc.)². Mais recentemente (1991) a série "República da Ignorância", publicada pelo

¹ Prof^a Dr^a na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

² Ver, por exemplo, os seguintes artigos: Aprovação por Decreto, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 dez. 1989, p. 2; Educação Abandonada, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 fev. 1990; A Escola e o Limite do Quarteirão, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 fev. 1990, p. 2; Educação Caminha para o Total Sucateamento, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 out. 1989, p. B-3; Serviços Educacionais, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 set. 1989, p. 2; Colapso Educacional, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 fev. 1990.

Jornal *Folha de S. Paulo*, foi responsabilizada pelo então Ministro da Educação, José Goldemberg, de emitir semelhante juízo³.

Com esta ponderação não queremos recusar a gravidade dos problemas que assolam a Escola Pública. Ao contrário, queremos colocá-los em seu devido lugar e em estreita relação com a realidade sociopolítica do País, que lhe dá ao mesmo tempo sentido e expressão.

Há mais de vinte anos, e não sem resistência, os professores vêm-se empenhando no sentido de organizar o projeto pedagógico surgido de forma autoritária, embora progressista, que implicava a ampliação e generalização da escolaridade fundamental (para oito anos), superando um modelo de escola primária (de quatro anos) e de escola secundária elitista, seletiva e propedêutica. Aparentemente, o ganho só foi quantitativo. Hoje entra um maior número de crianças e jovens nas primeiras séries do 1º e 2º Graus. Todavia, os males crônicos que antes permeavam, de maneira legal, o universo escolar, ainda o caracterizam, sobretudo a reprovação, mais do que a evasão.

O que explicaria estas dificuldades? Será que elas poderiam estar situadas na resistência do professor em mudar suas atitudes e comportamentos, em face da nova natureza da Escola? Em aceitar o novo "rosto" do aluno que adentrou a sala de aula? Em assumir sua nova inserção de classe, resultante do processo de pauperização crescente que o fez despir a crença que abraçara uma profissão liberal, prestigiada e de *status* reconhecido? Em que medida o reconhecimento dessa nova conjuntura pôde contribuir para direcionar as mudanças necessárias à organização de uma Escola Pública de qualidade?

Nesse processo de angústia e desesperança que marca atualmente, de maneira indelével, a vida de um professor de qualquer uma de nossas escolas públicas de 1º e 2º Graus, ganha sentido e se explicita uma atitude saudosista em relação a um passado em que a Escola secundária teria sido marcada por um padrão de qualidade de difícil superação. Em seu imaginário, a comparação dos dois momentos: ambos extrapolam o espaço interno da Escola e passam à dimensão político-social. A Escola não só conteve e expressou um padrão de excelência, mas teria sido também valorizada pelos pais, alunos e governantes que, ao contrário do que acontece hoje, financiavam, régia e regularmente, suas necessidades. Justificando suas crenças, citam as magníficas construções escolares, como alguns prédios de Grupos Escolares ou Escolas Normais ainda existentes no território paulista, o salário do professor "quase igual ao do juiz", ou o da professora, considerada "bom partido" nas cidades interioranas, ou então o prestígio e o conseqüente reconhecimento social que teriam marcado a vida dos docentes, sobretudo os do secundário.

³ Cf. os diversos artigos publicados sob a denominação de República da Ignorância na *Folha de S. Paulo* no decorrer de 1991 como, por exemplo, dos dias 22, 23 e 25 de setembro e 11, 16, 20 e 21 de outubro.

A “Escola de Antigamente”: Uma Escola Idealizada

Maurice HALBWACHS, ao estudar “os quadros sociais da memória”⁴, salientou que um grupo, ao manter estreita convivência entre seus membros, ao trabalhar intensamente em conjunto, desenvolve uma tendência de analisar e interpretar os acontecimentos, seguindo determinados esquemas comuns e coerentes, constituindo suas reminiscências em “universos de discurso”, “universos de significado”, oferecendo uma versão consagrada dos fatos.

Da mesma maneira, cada integrante tende a se esquecer de tudo o que não se apresenta atualmente significativo para o seu grupo de convívio. E é em oposição ou convergência a esse seu presente que a recordação é acionada. Daí a importância da elaboração grupal que oferece as representações e idéias dominantes inculcadas nos diversos sujeitos. O grupo elabora e procura fixar, assim, a sua imagem para a História, constituindo sua narrativa, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos.

Ao procurarmos rastrear as representações a respeito da “escola de antigamente”, de um grupo que a conheceu por dentro, pois seus membros a freqüentaram nos papéis de estudantes, professores ou diretores, percebemos que as lembranças, quando registradas, sucediam-se vertiginosamente, constituindo-se em uma narrativa coesa e monolítica que não deixava margem a dúvidas: com dificuldade e depois de profunda reflexão e análise visualizamos que estávamos diante de uma idealização da Escola⁵. Todavia, as reminiscências de muitos contiveram também a possibilidade de se fazer o que Walter BENJAMIN denominou de “leitura da história a contrapelo”⁶. Ou seja, ao lado dos sinais externos e dos suportes da idealização, foi possível compreender criticamente o significado e o papel da Escola na sociedade da época, pois se realizava à luz dos valores de seu próprio tempo. Foi possível ainda explicitar as suas condições internas de organização e funcionamento, ou seja, o seu cotidiano, bem como as relações entre seus diferentes componentes.

O estudo das rememorações de professores, realizado paralelamente à leitura de documentos de natureza diversa, permitiu, assim, acompanhar a trajetória de constituição do ensino secundário e normal paulista, sobretudo no período em que a população o tem como um exemplo a ser recuperado, ou seja, aquele anterior à expansão dos anos 70.

⁴ Cf. Maurice HALBWACHS. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1950, passim.

⁵ Esta questão está mais bem detalhada em nosso trabalho *Educação como Apostolado: História e Reminiscências (1930-1970)*, tese de livre-docência apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1991 (exemplar mimeo.)

⁶ Flávio R. KOTHE (org.). *Walter Benjamin — Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985. p. 157.

Algumas Condições que Permearam a Organização do Sistema Escolar Público Pós-1930

Apesar de amplamente debatida no início da República, a ampliação da escolaridade além dos quatro anos da Escola fundamental sob responsabilidade do Estado só foi possível depois que os constituintes de 1933/34 determinaram a inclusão de um artigo obrigando as três esferas do Poder Público a aplicarem um percentual fixo em Educação. Todavia, cautelosos, mantiveram a gratuidade somente para o primário, determinando, porém, sua gradual extensão aos graus posteriores, sempre que possível. Essa obrigação bastante questionada pelo grupo privatista dos congressistas de 1946 foi preservada, apesar da instituição, como regra geral, do princípio do ensino pago.

O debate sobre Escola Pública/Escola Particular remonta às origens da República e tem na verdade dois pólos. De um lado, o estabelecimento obrigatório de um percentual a ser aplicado na organização escolar pública e, de outro, a discussão sobre se ele deve financiar também as escolas privadas. Seja numa vertente ou na outra, este debate dividiu a opinião pública nas décadas de 40 e 50 (a rigor, ainda é um dos grandes problemas contemporâneos, haja vista o que se passa com o atual projeto de LDB que tramita pelo Congresso e o que ocorreu na última Constituinte), alcançando resultados altamente expressivos que se obtinham com a estruturação da rede de escolas públicas pós-primárias. Todavia, nessa época, o ensino privado sobrepujava e muito o público. Foi somente no início dos anos 60 que a relação entre as duas redes foi favorável ao setor público. Vejamos alguns dados.

Em 1939 havia, em todo o País, 629 estabelecimentos de ensino secundário, sendo 530 particulares. Quase um terço da totalidade (196) estava localizado no Estado de São Paulo, detentor também de, aproximadamente, 50% das escolas secundárias públicas do País (43 de um total de 99), constituídas na rede estadual de ginásios e escolas normais⁷. A cidade de São Paulo, em 1935, contava com um único ginásio oficial para 40 particulares⁸; em 1954, o nosso Estado possuía 449 ginásios oficiais e 1.390 estabelecimentos privados, enquanto a relação de professores e a de alunos matriculados entre as duas redes era respectivamente de 8.268 para 18.339 e 154.051 para 325.732.

No 2º Grau (no chamado colégio), a relação era semelhante: 244 estabelecimentos públicos para 491 privados; 4.068 docentes no ensino público para 6.528 no particular, enquanto as matrículas somavam, respectivamente, 27.913 e 49.650 alunos.

⁷ Simão SCHWARTZMANN et alii. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 190.

⁸ SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação e Saúde Pública. *Anuário do Ensino no Estado de São Paulo*. Diretoria do Ensino 1934-1935. São Paulo: 1936, passim.

Oito anos depois, para a mesma região administrativa, havia 438 ginásios estaduais para 343 privados e, no colegial, a relação era de 158 para 99. Na esfera estadual, era de 10.101 docentes no ensino público para 7.320 na rede privada. Desta forma, somente na década de 60 (1962) o sistema privado entrou em processo de estagnação, em razão da concorrência que lhe moveu a Rede Pública. No entanto, esta situação ocorreu em algumas modalidades de ensino, como o secundário e o normal. Os ginásios comerciais, por exemplo, mantiveram-se sempre sob hegemonia da empresa particular⁹.

Todavia, um crescimento de tal envergadura deve ser creditado, em primeiro lugar, à decisão política que criou as condições propiciadoras, ao mesmo tempo em que respondeu às novas demandas da população ansiosa da ampliação da escolaridade de seus filhos numa sociedade que se urbanizava e industrializava aceleradamente.

A população do Estado não só reivindicava a implantação de escolas públicas, entendida sempre de forma crescente, isto é, conquistada uma "classe isolada", passava a lutar, respectivamente, pela "escola reunida" e pelo "grupo escolar" e depois pelo "ginásio", pela "escola normal" e pelo "colégio", mas também se organizava dividindo a responsabilidade de manutenção nos primeiros anos.

Encontramos um sem-número de registros indicando uma relação de cooperação entre Prefeituras, famílias de alunos e entidades privadas na instalação, construção e aparelhamento de escolas. Nesse processo, a influência política e o parentesco foram moedas de grande valor, determinadoras, em última instância, da escolha do lugar, do padrão de prédio a ser construído, do mobiliário e da seleção dos recursos humanos¹⁰.

Aliás, a interferência política não foi apanágio nem dos interventores nem dos períodos de ditadura. Nas diferentes décadas republicanas a Educação foi considerada sempre valioso objeto de troca, tanto na busca de apoio político como na retribuição de serviços prestados. Assim, Ademar de BARROS, por exemplo, em seu período de interventor, é recordado como o que extinguiu instituições de duração recente mas, pelas suas características e conteúdo, portadoras de grandes possibilidades futuras, como o Instituto de Educação, vinculado à Universidade de São Paulo, ou o que quase inviabilizou a sobrevivência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pela recusa em lhe doar as verbas necessárias ou mesmo em interferir diretamente na sua gestão. Seu período de governo constitucional retardou, o quanto pôde, o

⁹ Ver especialmente Elza NADAI, op. cit., p. 13.

¹⁰ Uma queixa comum era o fato de que a alta burocracia escolar provinha dos cursos da Escola Normal e do de Pedagogia e havia denúncias freqüentes no sentido de que "protegiam" as escolas normais em detrimento de outras instituições escolares, como os ginásios. Estes, em geral, surgiam em prédios improvisados e somente com muito empenho conseguiam modificar a situação. Além disso, os egressos daqueles dois cursos foram-se assumindo como os profissionais, por definição, do ensino.

reconhecimento ao licenciado de sua prerrogativa legal de se inscrever, prioritariamente, nos concursos de ingresso e na escolha de vagas, se promovido. Por sua vez, as administrações de GARCEZ e de Jânio QUADROS não foram diferentes.

Apesar da ampliação significativa na oferta de vagas que caracterizou este último governo, esta se fez muito mais pela abertura dos prédios escolares no período noturno do que propriamente pela construção de novos prédios. A Educação continuava a ser distribuída em função de interesses político-eleitorais, sendo freqüentes as denúncias pela imprensa e estudos que mostravam a existência, de um lado, de locais com grande concentração de escolas praticamente vazias, carecendo portanto de alunos e, de outro, de salas superpovoadas pela escassez de prédios.

Quanto às condições de trabalho e de salário dos docentes, ambos os governadores mostraram-se insensíveis às suas reivindicações, deixando-os praticamente sem aumento, apesar do crescente surto inflacionário que atingiu o País a partir da política nacional-desenvolvimentista de JK. Se fixarmos, contudo, nossa atenção somente nos discursos políticos, encontraremos forte apelo emocional salientando as "grandes" realizações desses governadores. Jânio QUADROS, inclusive, pela primeira vez na História, convidou uma professora de carreira a ocupar a Secretaria da Educação (Carolina RIBEIRO), sugerindo com seu gesto uma vontade política de realizar a co-gestão, indo ao encontro da categoria que se organizava e reivindicava, com apoio da sociedade civil, mudanças na forma de tratamento, melhores salários e condições de trabalho.

Podemos afirmar assim que, em meados dos anos 50, ocorreu o que Fernando de AZEVEDO denominou de "crise de crescimento", com o esgotamento do modelo improvisado e oscilante que vinha sendo implantado ao sabor das pressões populares e políticas. O governo já introduzira modificações nas plantas das construções escolares, visando barateá-las. Não mais se exigiam prédios em dois andares, com madeira-de-lei, mas sim com plantas baixas, ocupando quase a totalidade do terreno, em detrimento de áreas livres, que se tornavam cada vez mais reduzidas.

Muitos intelectuais foram sensíveis à problemática, denunciando a situação de penúria que se instalava na Rede Pública com o crescimento sem as condições necessárias. Fernando de AZEVEDO, por exemplo, afirmou: "o que todos reconhecem de caráter urgente é a necessidade de restaurar progressivamente as instituições escolares sistematicamente desorganizadas por uma conspiração de fatores de várias naturezas, e de reparar e ocupar, dentro de uma visão de conjunto, os pontos estratégicos e os órgãos vitais indispensáveis ao fortalecimento da rede escolar que, alargando-se e complicando-se ao capricho das circunstâncias, se enfraqueceu, perdeu em qualidade o que ganhou em extensão"¹¹.

¹¹ Fernando de AZEVEDO. A criação de Faculdades de Educação, no atual momento, se deslocou para um plano secundário. *Folha da Manhã*, São Paulo, 11 nov. 1955, p. 14.

A força política, todavia, não estava a favor dos defensores da Escola Pública. O *lobby* dos empresários do ensino, que a rigor nunca desapareceu, vinha-se rearticulando, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, quando se acelerou a demanda social pela ampliação da escolaridade gratuita e se conseguiram, sob os velhos argumentos da "liberdade do ensino" e da "inoperância do Estado em responder à totalidade da demanda pela escola secundária", a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Médio, destinado a financiar sua expansão, sendo usado, principalmente, para completar o salário dos professores que atuavam nas escolas privadas.

Todavia, desejando usar de maneira mais ampla e menos controlada o financiamento público, os empresários retiraram a complementação salarial, lutando pelo seu repasse direto às escolas, e aumentaram as mensalidades, sob argumentos de que não recebiam subvenção pública. Professores e alunos das escolas privadas foram à greve, incentivados pelos proprietários dos estabelecimentos. Estes, temerosos da expansão da Rede Pública, se organizavam, utilizando em seu proveito a luta do movimento docente e estudantil. Nesta conjuntura, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, foi votada, incorporando princípios privatistas. Aliás, a expansão da Escola Pública ocorrera, em geral, resguardando os interesses privatistas. Ainda assim, representara um perigo para seus opositores, como prova insofismável de sua importância política.

A duração da hegemonia da escola secundária pública foi pequena — final dos anos 50 e década de 60 — e é possível identificar na forma do tratamento recebido os germens que conduziram ao seu esfacelamento posterior.

Profissionalização e Responsabilidade Docente

Ao lado da estruturação do sistema de ensino público ocorreu também a constituição de nova categoria profissional — a do professor secundário —, demarcada por fronteiras, direitos e prerrogativas penosamente conquistados. Sua trajetória foi longa, repleta de obstáculos e expressão de lutas e resistências nas quais se forjaram sua organização e solidariedade.

Esse movimento configurou-se num plano multifacetado e inter-relacionado, com prevalência de alguns aspectos: o reconhecimento profissional; a valorização social expressa pela obtenção de condições objetivas de trabalho, de salário, consideradas compatíveis; o tratamento igualitário com as demais profissões, tradicionalmente reconhecidas como de grau universitário.

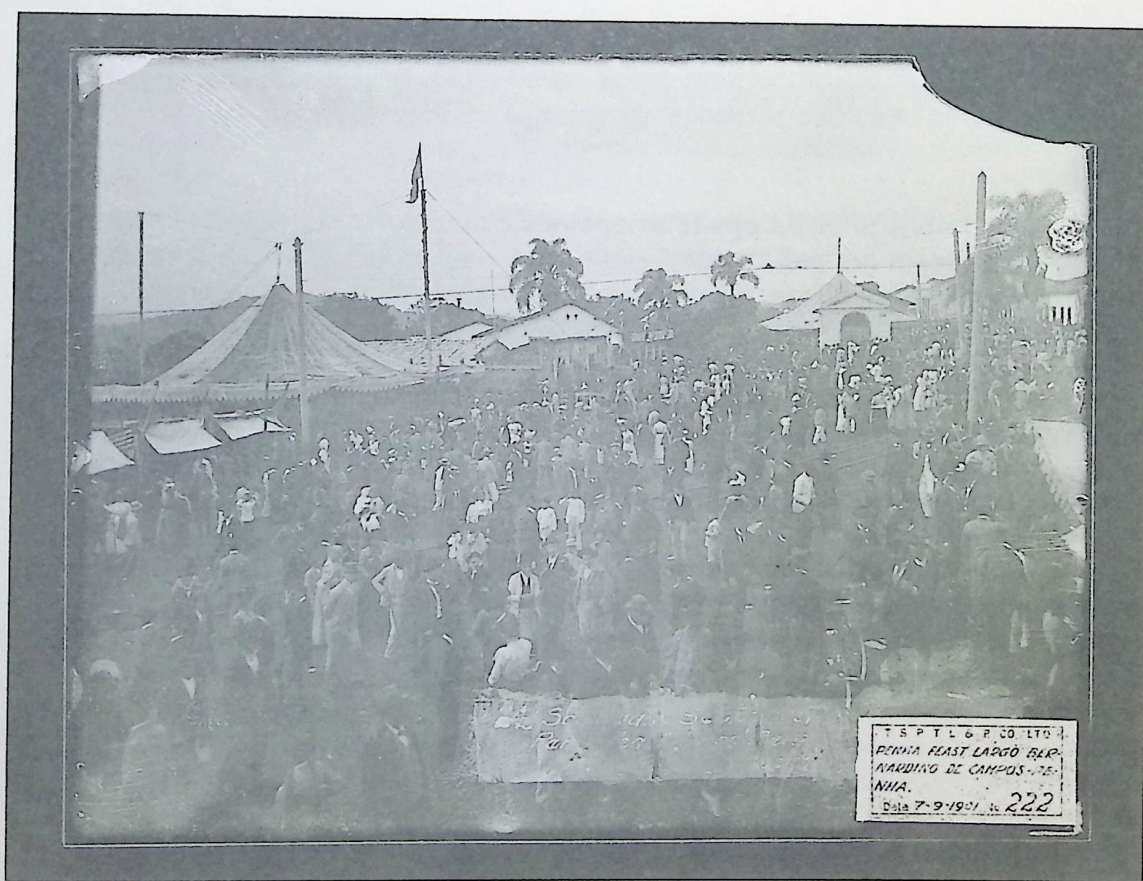
A luta dos licenciados pela afirmação profissional encontrou forte resistência nos interinos, ou seja, genericamente, os autôditas e/ou egressos de escolas superiores que se encontravam, não em caráter efetivo, ocupando

cargos nos estabelecimentos oficiais secundários tentaram garantir posições anteriormente conquistadas.

Tratou-se de uma luta sem grandes heróis, jogada no dia-a-dia dos bastidores da política e no cenário público, pela conquista do apoio das famílias dos alunos e da coletividade, pelo delineamento de um perfil positivo do novo profissional e de sua atuação. Nesta luta não houve nem vencidos nem vencedores: a afirmação de um não significou a destruição do outro. O espaço de ambos foi preservado. A convivência foi a tônica.

Algumas disciplinas, como as denominadas Humanidades (História, Português, Geografia, Inglês e Francês), no espaço de poucos anos, tornaram-se quase monopólio do egresso de Faculdade de Filosofia; outras, como Desenho, Artes (Canto Orfeônico, Música), Trabalhos Manuais, mantiveram-se sob a responsabilidade do ex-normalista; as chamadas Ciências (Física, Química, Biologia, Ciências, Matemática) praticamente permaneceram sob a influência de egressos dos cursos de Pedagogia e só raramente sob a dos egressos dos cursos específicos.

Isso, de um lado, denota a extrema heterogeneidade que marcou o corpo docente nos primeiros tempos e, de outro, define o lugar ocupado pelo concurso de ingresso mais do que pelo credenciamento na identificação do grupo. Este estava marcado por uma ética missionária e de responsabilidade moral pelos destinos futuros dos estudantes que conseguiam superar os obstáculos da Escola — ética fortemente veiculada em todas as instâncias da sociedade civil.



Festa de inauguração da linha de bonde da Penha – atual Largo da Concórdia, 1901. (Acervo ELETROPAULO).